

DO OURO AO ESCRAVO: ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO NEGREIRO ENTRE 1501 A 1650

DOI: 10.5935/2177-6644.20160003

GOLD TO SLAVE: STATISTICS
SLAVE TRADES BETWEEN 1501
THE 1650TH

DEL ORO AL ESCLAVO:
ESTADÍSTICAS DEL COMERCIO
NEGRO ENTRE 1501 A 1650

Wesley Dartagnan Salles*

Resumo: Neste artigo realizamos uma discussão sobre a ascensão do tráfico de escravos nas principais regiões portuguesas. A ideia é discutir os números do tráfico de escravos a partir da hipótese de que o comércio negreiro ascendeu para atender a demanda de escravos da América, principalmente nas regiões açucareiras. Demonstramos que no início do contato com os africanos, os europeus não planejaram um processo de escravização e que a criação das empresas escravistas ocorreu devido à demanda. As intenções iniciais eram com a captação de ouro e outros resgates. Tal demanda e comércio passou a sangrar a população africana que se transformou completamente para atender os compradores.

Palavras-chave: Ouro. Escravo. África. Comércio negreiro.

Abstract: In this article we held a discussion on the rise of the slave trade in the main Portuguese regions. The idea is to discuss the numbers of the slave trade from the assumption that the slave trade amounted to meet the demands of America's slaves, especially in the sugar regions. We show that early contact with Africans, Europeans do not planned an process of enslavement and slave and the creation of companies was due to demand. The initial intention was to capture gold and other rescues. Such demand and trade began to bleed the African population that has completely transformed to meet the buyers.

Keywords: Gold. Slave. Africa. Slave trade.

Resumen: En este artículo realizamos una discusión sobre el ascenso del tráfico de esclavos en las principales regiones portuguesas. La idea es discutir los números del tráfico de esclavos a partir de la hipótesis de que el comercio negrero ascendió para atender la demanda de esclavos de América, principalmente en las regiones azucareras. Demostramos que al inicio del contacto con los africanos, los europeos no planificaron un proceso de esclavización y que la creación de las empresas esclavistas ocurrió debido a la demanda. Las intenciones iniciales eran con la captación de oro y otros rescates. Tal demanda y comercio pasó a sangrar a la población africana que se transformó completamente para atender a los compradores.

Palabras clave: Oro. Esclavo. África. Comercio negro.

* Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo - USP. E-mail: wesleysalles@usp.br

Considerações iniciais

A ascensão do comércio negreiro Atlântico deve ser entendida a partir de dois pontos principais: da demanda de mão-de-obra dos europeus para os trabalhos nas Américas e da necessidade que (convencionou aos diversos povos africanos instituir um lucrativo comércio) surgiu dos diversos povos africanos comercializarem sua população frente à demanda europeia.

Quando os primeiros africanos foram capturados na África (DELGADO, 1971, p. 44), não se imaginava que haveria uma empresa de mercadoria humana tão grande quanto a que se estruturou no final do século XVI e início do XVII. Não houve um projeto de escravização em massa dos africanos, nem por parte dos africanos e tampouco pelos europeus. Pelo menos, não é o que demonstra a documentação sobre os momentos iniciais do contato com os Europeus e Africanos.

O comércio negreiro, assim como todo processo histórico, deve ser concebido como fruto de relações humanas inseridas em um contexto temporal e espacial. Não podemos conceber, portanto, que a iniciativa marítima portuguesa tenha sido premeditada no sentido de dominar e escravizar os povos africanos, sobretudo, porque o contato entre os europeus e africanos já não era uma novidade.

Quando os primeiros contatos modernos entre africanos e portugueses e os primeiros escravos foram levados a Portugal, não imaginavam nada sobre a evolução do comércio negreiro, de que se tornaria uma das maiores empresas da época moderna, pois, não se concebia colonizar a América. Entenda-se, portanto, que longe de um projeto de criação e exploração do comércio negreiro, a exploração inicial da escravidão negra se fundamentou, essencialmente, na mentalidade característica medieval cruzadista e na relação esporádica – que com se tornava cada vez mais constante – entre os grupos do litoral africano e os navios portugueses, incapazes de dominar a população local, seja pela precariedade militar dos lusitanos frente a alguns estados africanos, seja porque nem sequer pensavam num domínio bélico. A intenção, portanto, de se capturar os locais e levá-los à Europa não tinha pretensões de características essencialmente comerciais modernas, transformada na *Crônica de Zurara* como feitos de honra e coragem, os negros eram levados como presentes ao Rei português e como representação das conquistas

marítimas, fruto da mentalidade cruzada¹ do período inicial das navegações (SILVA, 2002, p. 150). Foi somente com o sucesso da produção de açúcar nas Américas no século XVI que o tráfico adquiriu a essência da empresa moderna (ALENCASTRO, 2006, p. 35).

Em busca de ouro e almas

A tomada de Ceuta em 1415 inaugurou o processo de expansão portuguesa. Com características e com uma continuidade da mentalidade das Cruzadas, sem ainda ter em conta a expansão comercial tal como se realizou, os portugueses começaram por controlar o extremo norte africano. Várias são as interpretações sobre o fato de os lusitanos terem iniciado a tomada de Ceuta, militar, política, religiosa. Mas, o fato é que aos poucos eles foram estabelecendo contato – via litoral – com outras partes da África. Fosse comercializando, tentando a dominação militar² e religiosa ou fazendo alianças, os portugueses lançaram-se ao mar e criaram, juntamente com outros países europeus e povos africanos, um complexo comercial no Atlântico sul.³

Uma das principais características do império português foi a de se fixar no litoral e não dominar todo o continente. Assim, as “conquistas”, com raras exceções, eram realizadas via mar, litoralmente. Em toda África, na Ásia e, por algum tempo na América, o domínio português era marítimo e não terrestre.

Para maior parte dos grandes impérios do mundo – grego, romano, otomano, mongol, chinês e mesmo para o espanhol e para os britânicos, apesar da corda de salvação marítima destes dois últimos ligando colônias ultramarinas à metrópole na Europa – eram as terras contíguas e os laços terrestres que lhes conferiam unidade. Um olhar pelo mapa do mundo em 1600 mostra que Portugal tinha feitorias, povoações e mesmo algumas cidades em África na Ásia e na América. Na realidade, se seguirmos no globo a distância que vai desde a África Ocidental em direção a leste, até Nagasáqui no Japão ou as Ilhas das Especiarias das Molucas, vemos uma série de enclaves, fortes e feitorias fortificadas

¹ Em 1442, as expedições portuguesas passaram a ser consideradas cruzadas contra os infiéis. Em 1445 a Bula *Romanus Pontifex* determinou que se poderia comprar cativos desde que se realizasse sua conversão ao Cristianismo, dando princípios legais para o comércio (BLACKBURN, 2003, p. 132).

² “Dominação” no sentido mais brando possível, isto é, pretendia-se a criação apenas criar pontos no litoral que serviam de apoio para o comércio.

³ O contato comercial dos africanos com os europeus já há muito tempo existia, tanto pelo Mediterrâneo quanto pelo Índico. Entre os séculos XI e XV se percebe entre os povos africanos, uma grande expansão territorial, uma grande migração econômica. Não havia regiões isoladas no continente (NIANE, 2010, p. 697). Inaugura-se, com os portugueses, uma fase Atlântica. Portanto, não se pode imaginar um total desconhecimento entre os povos. As trocas culturais, econômicas, religiosas, políticas, já estavam em andamento há centenas de anos.

portugueses. Todos se encontravam junto do mar ou tinha fácil acesso ao mar (RUSSELL-WOOD, 1997, p. 42).

Dessa forma, os portugueses se preocuparam em exercer influência apenas nas regiões litorâneas da África, primeiro no norte e depois, aos poucos, no centro oeste. A partir de Ceuta, os portugueses passaram a expandir sua autoridade no território litorâneo e a dominar maritivamente⁴ a costa africana por meio do comércio: “Serão os artigos do comércio internacional que irão atrair os portugueses desde a ‘descoberta’, quando se abre a segunda frente de contato” (PERSON, 2010, p. 339). E por algum tempo a relação foi voltada para obtenção do metal precioso (ouro), além de gomas, marfins, peles, óleos de Leão-Marinho (SILVA, 2002, p. 151).

A região do Gâmbia, amplamente navegável, foi uma das poucas a partir das quais os portugueses tiveram acesso direto ao sertão africano, até o século XVII (PERSON, 2010, p. 350). Até o século XVII, conseguiram entrar poucas léguas no continente. Criaram fortalezas, algumas igrejas, portos, mas, apenas fixaram-se no litoral. Nesse sentido, passou a existir uma relação mútua, que tanto os portugueses quanto alguns africanos lucravam com o comércio, como apontou (THORNTON, 2004, p. 87).

Mesmo os portugueses não tendo dominado territorialmente a África nesse período inicial, exerceram uma grande influência sobre alguns povos do interior do continente, bem como, em relação à política africana. Com efeito, devido à presença constante nas regiões litorâneas, como na Costa da Guiné, os interesses comerciais do interior passaram a ser atraídos pela demanda portuguesa (PERSON, 2010, p. 352), a qual, determinantemente, mudou o rumo de parte do comércio interiorano, fazendo com que grupos dominassem outros grupos. Sal, baleia, óleo, galinhas, ouro, e também escravos, interessavam aos portugueses e o interior tinha meios qualificados para fornecer.

A colonização de Cabo Verde, iniciada em 1462 tem sua importância ressaltada no fato de estar localizada “fora do continente”, mas perto o suficiente para atender às necessidades do comércio transatlântico. Por isso, as ilhas se constituíram como aporte para os navios que pretendiam adentrar o continente e fazer comércio com a região da Guiné. Sendo exceção, uma população mestiça se ascendeu com o comércio luso-

⁴ Um mar sem “donos”, desconhecido.

africano que foi rapidamente colonizado por portugueses e escravos comprados no continente. Muitos judeus e estrangeiros também se fixaram no local porque buscavam comercializar, assim, se tornando mestiços que faziam o papel de intermediários⁵ no comércio. A Coroa portuguesa, no século XVI, passou a se preocupar com a situação e ilegalizar a miscigenação (PERSON, 2010, p. 356 – 359). O arquipélago era bastante importante estrategicamente para o comércio e para a administração do litoral africano, por isso, a preocupação com o surgimento dessa sociedade miscigenada.

De 1471 a 1480, o Golfo da Guiné começou a ser explorado pelos viajantes portugueses. Entre 1471 e 1482, houve a construção do Castelo da Mina para assegurar o comércio de ouro e escravos.

ho qual lugar foy o primeiro [em] que nesta terra se fez o resgate do ouro (...) na qual casa Nosso Senhor acrecentou tam grandemente ho comercio, que em cada hum anno se tira daly por Resgate que veem pera estes Reynos de Portugal, cento e setenta mil dobras de ouro fino, e muito mais e alguús annos se resguata e compra aos negros que de longuas terras este ouro aly trazem, hos quaees são mercadores de diversas nações.⁶

Contudo, se percebe que os escravos não tinham ainda uma importância crucial no contato, pois o ouro era mais importante. Pelo ouro é que os portugueses realizam os seus feitos e se arriscavam. Em 1581 começaram a construir o forte São Jorge da Mina com a finalidade de assegurar o comércio, devido à ameaça dos espanhóis (RAVENSTEIN, 1900. p. 626). Os lusitanos encontraram na costa do ouro um importante trato do metal amarelo e magnetizam seu comércio (DELGADO, 1971, p. 55). Além do ouro, também havia um complexo comercial, como o de noz-de-cola, de sal, peixe, tecido (KIPRE, 2010, p. 364 - 373).

Na região do atual Camarões, os portugueses encontraram diversos povos. Uma sociedade organizada em torno de “Estados”, como os Yorubás, os mais “desenvolvidos”, sendo Benin o primeiro “Estado” com o qual os portugueses estabeleceram contato, basicamente por meio de relações diplomáticas e comércio. O rei do Benin, por exemplo, tinha uma rede de comércio muito grande, entre os produtos principais, estavam os escravos (RYDER, 2010, p. 413).

⁵ Vários nomes são dados aos mestiços que passaram a intermediar as trocas, no caso de Cabo Verde, receberam a denominação de Lançados (SILVA, 2002. p.247).

⁶ Descoberta da mina e edificação do castelo (Jan. 1471 — 1 - 1 - 1482). In: **Monumenta Missionária Africana**. Vol. 1. 1951. A descrição é de João de Barros. Existem várias outras.

Em suma, os portugueses foram aos poucos entrando em contato com povos de variadas culturas do oeste africano. Muitos deles estavam organizados há centenas de anos, com reinos muito bem estabelecidos política e militarmente e tinham um controle sobre o continente que impossibilitou a dominação por parte dos portugueses, já de início, o litoral e o sertão. Os reinos africanos estavam, assim, aptos a resistirem uma dominação completa dos portugueses. Mas, para essa fase inicial, o que mais se ressalta é que passaram a participar dos variados comércios e, por isso, apenas lhes bastavam alguns fortes para se manterem ativos no comércio. Nesse sentido, surgem as feitorias.

As primeiras feitorias portuguesas, como a que foi estabelecida pelo infante Dom Henrique em Arguim, na costa da Mauritânia, foram criadas para desviar ouro, especiarias e escravos do comércio saariano. As missões de Diogo Gomes em 1446-62 resultaram em acordos comerciais com os governantes da costa africana que englobavam tanto o ouro quanto os escravos. Os portugueses ofereciam presentes ou tributos regulares aos governantes em troca do direito de comerciar. Os mercadores, por sua vez, pagavam ao infante Dom Henrique – ou, depois de 140, ao monarca português – uma taxa de licença de comerciar naquelas costas, ou se arriscavam a ser presos caso não o fizessem (BLACKBURN, 2003, p. 131).

A principal região, do ponto de vista da história do comércio negreiro, foi a do Congo. Organizados em estados, os povos locais tinha uma metalurgia bem desenvolvida, acentuando as características bélicas e de caça. A onipresença da floresta fez com que os diversos reinos se adaptassem à vida entre as matas. Havia um refinado sistema de cobrança de tributos e muitas feiras sertanejas. A cidade de Luanda centralizava boa parte do comércio com o interior, o sal, peixe, cerâmicas, o Zimbo (VASINA, 2010). Os portugueses chegaram à região do Congo por volta de 1483. Inicialmente, não puderam fazer muito mais que comercializar com a população local. Devido à importância que o local passou a ter para o comércio negreiro, nos deteremos mais neste ponto.

O Congo e o negócio do tráfico

Diogo Cão e seus navios entraram em contato com o reino do Congo, denominada de Etiópia Ocidental. Batizou-se⁷ a região de “Congo”⁸ por derivação do nome de um dos reis da região (DELGADO, 1971, 75). Ao sul, estava a região de Angola, com o Estado de Ndongo, cujo rei *Ngola* também determinou a nomenclatura do local⁹. Com a morte de Diogo Cão, Bartolomeu Dias foi quem organizou o contato com os africanos. Segundo Ravenstein (1900), havia uma ameaça europeia em relação ao comércio local e, para assegurar o “monopólio”, os portugueses tiveram que tomar medidas mais efetivas em termos de colonização (RAVANSTEIN, 1900, p. 626). Pois, as expedições eram compostas por poucos navios e nem se podia pensar no estabelecimento de uma estrutura administrativa no litoral. Nesse sentido, os portugueses tiveram que estabelecer presença mais constante a fim de assegurar o comércio. Mas, a influência do reino do Congo era hegemônica. Ele cobrava tributos de quase todos os povos. Alguns historiadores chegam a afirmar que na época, a população ligada ao Ndongo, chegava a 8 milhões.¹⁰

A população era dividida entre a grande cidade “Mbanza Kongo” (ou Congo) e o campo. Do ponto de vista dos portugueses, existiam três camadas sociais: a realeza, os aldeões e os escravos (VASINA, 2010, p. 648).¹¹ A nomeação dos cargos administrativos era feita pela nobreza que dividia entre os parentes os cargos de importância. Os reis eram “polígamos” e tinham, às vezes, centenas de filhos, netos e bisnetos, como foi o caso de Afonso I que em 25 anos de reinado somou mais de 300 descendentes (VASINA, 2010, p. 653).

⁷ Diferentemente, de muitos outros nomes dados pelos portugueses que foram influenciados pelos produtos principais da região, como “Costa do ouro”, “Costa do Marfim”, “Costa dos Escravos”, etc. (MASSING 2009, p. 331-365).

⁸ Descrição da “descoberta” feita por Diogo Cão. “Descoberta do Reino do Congo. 1482”. In: **Monumenta Missionária Africana**. Vol. 1. 1951, p. 39-44.

⁹ O nome das terras “encontradas”, como dito acima, representava para o que de mais importante se tinha na região. No caso do Congo e Angola, a nomenclatura dos reis foi o ponto pelo qual passou a ser designada o local, do ponto de vista português. Será que isso representa a importância política dos reis africanos para os portugueses? Isto é, a soberania local frente os interesses portugueses, pois, ao taxar uma região, naturalmente, do ponto de vista europeu, era atribuída uma grande importância àquilo que serviu de ponto de apoio para a nomenclatura.

¹⁰ Segundo Vansina, os cálculos sobre o número de pessoas do reino do Congo variam muito de historiador para historiador, alguns alegam que a população não passava de 500 mil, outros afirmam que existiam mais de 8 milhões. O autor acredita que o número passava de 2 milhões ao menos.

¹¹ Como veremos a concepção de escravos para os africanos tinha uma noção peculiar e específica diferente da abordada pelos europeus. Escravo poderia ter várias funções e significados. A palavra escravo é uma designação originária da Europa. A noção de perda de “liberdade” dos africanos, adaptadas aos costumes europeus gera confusões. Escravos no sentido africano poderia ser um cativo de guerra, um estrangeiro. Poderia ter várias importâncias dentro das sociedades, maiores e menores níveis de liberdade, poderia plantar, ser guarda real ou mesmo trabalhar forçadamente. Entre outros ver: (LOVEJOY, 2002, p. 29-42; FINLEY, 1964, p. 233-249).

Havia uma centralização no reino em torno do rei, que pode ser notada pelo controle da emissão da moeda: *nzimbo*; e pela redistribuição dos cargos importantes a cada geração de reis que assumia o poder (VASINA, 2010, p. 653). Os reis, em caso de guerra, poderiam recrutar dezenas de milhares de camponeses do campo para as batalhas.

A centralização do poder e dos tributos nas mãos do rei, bem como, a unificação do comércio e da moeda intensificaram a possibilidade dos portugueses agirem em direção ao comércio e à evangelização – passos importantes da tentativa inicial de hegemonia lusitana. Os portugueses passaram a se introduzir nas disputas de poder entre a realeza congoleza, auxiliando militarmente os reis que faziam acordos comerciais e se submetiam ao cristianismo. Em outras palavras, impossibilitados de guerrear e derrotar os reis locais que se opunham ao comércio, os lusitanos passaram a sustentar aspirantes a reis que fizessem acordos comerciais se submeteram ao catolicismo. Não é casual que, um dos reinados mais duradouros da época tenha sido o de Afonso I, isto é, o primeiro cristão do Congo (1506 - 1543).

Cristão desde 1491 e protetor dos raros missionários antes de 1506, esse chefe de facção, uma vez rei, transformou rapidamente a Igreja católica em religião de Estado. Seu filho Henrique, como bispo consagrado em Roma, esteve a frente da Igreja do Congo de 1518 a 1536. Em seguida, o controle do bispado caiu nas mãos dos portugueses (VASINA, 2010, p. 657).

Pode-se concluir que a ligação do rei com os portugueses e com a Igreja aconteceu, de modo determinante, com a finalidade mútua de obtenção de poder, seja de maneira direta por parte de Afonso I seja de modo indireto por parte dos portugueses. A Igreja Católica também lucrava com essa relação, na medida em que, dentro do panorama da Contra Reforma, adquiria mais católicos para o seio da Igreja. Nesse sentido explica-se a consagração de Henrique I (africano) como Bispo, feita em Roma. Muitas dessas conversões foram feitas de maneira forçada. Acostumados, sobretudo, com a poligamia, os africanos não conseguiam assimilar a monogamia, gerando um imbróglio com os padres. Segundo os relatos, os reis e os fidalgos eram os primeiros a manter essa relação, influenciando a sociedade. A instituição do casamento, na visão do Padre Baltasar Barreira em 1582 não era verdadeira, pois, os próprios reis tinham várias

mulheres e “Quicumbas”.¹² A poligamia foi, assim, um dos maiores obstáculos culturais para os religiosos europeus instituírem o catolicismo de maneira plena.

Dessa forma, a partir da segunda metade do século XVI, os portugueses foram aos poucos adentrando o continente por meio das relações estabelecidas com representantes africanos soberanos (ou da soberania africana). Não importava que a população fosse parcialmente cristianizada, mas, que aceitassem os portugueses fazendo o comércio com eles. No início do século XVI a empresa do tráfico começava, portanto, a prosperar. Entre 1506 e 1526, segundo Vansina, o comércio intercontinental, com a entrada da América, organizou-se e prosperou. Em 1526, o rei do Congo orientou o tráfico de escravos por decreto (VASINA, 2010, p. 659), determinando que apenas os estrangeiros poderiam ser escravizados.

Os portugueses imaginavam que o Congo estava repleto de minas de ouro e cobre. Esse era o um dos seus grandes interesses, ainda no século no século XVII no contexto da Guerra de Ambuíla. Mas, as diversas gerações de reis congolezes não permitiram a prospecção do território. Alguns dos africanos passaram a lucrar muito com o comércio intercontinental. Alguns membros da realeza passaram a se sustentar no poder devido a relação com os europeus.

América e a demanda por cativos

O comércio intercontinental, principalmente o negreiro, portanto, passou a ser muito importante dentro da economia-política do Congo. Ao passo que, quanto mais se desenvolviam as colônias americanas, mais demanda havia por escravos. Além do envio de produtos – num intercâmbio ocorrido no Atlântico sul ainda em fase inicial – incrementam-se as viagens e as trocas econômicas envolvidas com o trato negreiro. Estimativas feitas por David Eltis¹³ nos mostram um grande aumento no número de escravos transportados para as Américas já nos primeiros anos após a descoberta do novo mundo.

Longe de serem exatas, com as estimativas de Eltis temos a finalidade de mostrar o processo de aumento na taxa de exportação de escravos. Deve-se, portanto, aceitar os

¹² Quicumbas, termo africano similar a concubinas. Baltasar Barreira, “informação do Casamento em Angola” (1582?) In: **Monumenta Missionária Africana**. (1570-1599). 1952 p. 230. Esta é apenas uma descrição. Por todo o século XVII existem inúmeras reclamações no mesmo sentido.

¹³ Referimo-nos à base de dados “Database Eltis” que sintetiza pesquisas recentes e antigas acerca da história do tráfico negreiro.

dados como medidas aproximadas e não como fonte precisa de informação. Sendo assim, observa-se nos números que os primeiros 25 anos de importação foram de pequena proporção, contando com pouco mais de 13 mil exportações. Mas, com a organização do comércio feita na África e com o crescente desenvolvimento europeu na América, o número de escravos transportados aumentou significativamente até 1550. Depois, se observa um lento aumento até 1575. Só nos últimos 25 anos do século houve um enorme crescimento. Embora tenha ocorrido uma crescente exportação para a América espanhola, devido à colonização, incrementou, de fato, na América portuguesa. Pode-se pensar que o aumento, de forma lógica, tenha ocorrido porque eram os próprios portugueses que faziam o comércio negreiro, mas, não foi por isso e sim pela efetivação da colonização da América portuguesa, pelo sucesso da empresa do açúcar e, também, pela especialização do transporte negreiro; isto é, pela criação por parte de Portugal de um sistema comercial cada vez mais especializado no trato – o sistema comercial Atlântico em fase embrionária. Em última análise, por um lado, o trato se intensificou pela demanda da colonização portuguesa e espanhola; por outro, devido à visão comercial de alguns reis africanos frente a essa demanda, e pela implantação dos interesses portugueses na região de Angola.

Diogo I, sucessor de Afonso I, em meados do século XVI procurou se separar dos portugueses e assegurar totalmente o comércio de cativos. Com sucesso, afastou-se por um período dos portugueses. Mas, por volta de 1675, aconteceu uma grande mudança nas relações de poder do continente africano e, em consequência, na estabilidade política da região. A região do Ndongo passou a ser atacada por uma migração de guerreiros muito violentos: os Jagas

Os Jagas e o surgimento de Luanda

A primeira fase da conquista do Ndongo compreende o período entre os anos de 1576 e 1590 (HEINTZE, 2007, p. 68). Com o desenvolvimento da relação do rei do Congo e os portugueses, na qual visando lucros o rei se submeteu à religião europeia, houve desinteresses de ambas as partes devido ao desenvolvimento do comércio negreiro, que se mostrava cada vez mais lucrativo. Tanto a Coroa de Portugal quanto o rei do Congo queriam deter o monopólio de sua exploração. A demanda europeia no litoral africano e os inúmeros produtos que cada vez mais apareciam, passaram a chamar a

atenção de povos do interior do continente africano. Segundo Vansina (2010), essa atração que ocorreu pela grande variedade de produtos e pelo grande lucro obtido por meio do comércio negreiro, implicou na migração do povo Jaga, o qual passou a atacar contundentemente o rei do Congo (VASINA, 2010, p. 662) que, por sua vez, pediu auxílio aos portugueses (HEINTZE, 2007, p. 68). Do ponto de vista português, a invasão Jaga foi um dos principais fatores para a efetivação da colonização por parte dos portugueses. Nesse contexto, Paulo Dias de Novais fundou Luanda em 1575.

A criação de Luanda em 1575

Com o Congo sem auxílio português, os Jagas atacaram, pilharam e quase destruíram parte do reino. Com a perda do poder do rei na região de Luanda os portugueses aproveitaram a situação e submeteram a população à colonização. Os missionários europeus foram fundamentais nesse processo, batizando e realizando casamentos, comprometendo a população ao modo de viver católico. Luanda se tornou o centro administrativo e representante da Coroa portuguesa. A cada três anos mudava o Governador. As decisões eram tomadas no âmbito do Conselho Municipal. Além do centro, na periferia havia as “prisões” que eram controladas por chefes militares. Pois, conforme os portugueses iam adentrando e dominando as regiões, faziam prisões e inúmeras fortalezas para assegurar o poder. À medida que iam se assenhoreando dos povos, cobravam taxas numa relação similar à feudal. Os “sobas” eram os subchefes africanos que tinham uma relação senhorial com os portugueses, denominados de “Amos”, que respondiam à Coroa portuguesa. Como dito acima, a taxa da colonização era cobrada somente em escravos (Cf. VASINA, 2010; HEINTZE, 2007, p. 67-101).

Devido a essa investida dos Jagas¹⁴ e ao domínio dos portugueses na região sul do Congo, o rei congolês teve seu poder de ação limitado ao norte e, conforme os portugueses avançavam em sua direção, ele teve que migrar para o leste (VASINA, 2010, p. 665), até que em 1671 foi vencido pelos portugueses. A perda de espaço do rei do Congo aconteceu não pelo poderio bélico, mas, pelo crescente poder econômico dos

¹⁴ Thornton distingue dois povos entre os quais a historiografia costuma atribuir-lhes o nome de Jagas. Segundo ele, nem todos os povos que eram denominados Jagas eram da mesma matriz. Criou-se, dessa forma, uma tradição no século XVII em denominar “Jaga” o povo Imbangala que atacou o Congo. Pois, roubavam, escravizavam e comiam seus inimigos. A confusão advém da interpretação de Joseph Miller que confundiu as descrições de um ataque do século XVII com o de 1568. Para ele o ataque de 1568 foi de um povo (Imbangala) e o do século XVII de outro (Jagas), mas, os dois foram chamados de Jagas. THORNTON (1978).

européus que forneciam aos povos locais produtos como tecidos, bebidas, alimentos. Dessa forma, foi obrigado a cada vez mais se esconder no Leste fugindo dos lusitanos.

Os portugueses não precisaram dominar o território africano para conseguir aquilo que mais lhes interessava. Luanda tornou-se, já no século XVI, o centro do comércio negreiro da África não apenas pelo lucro direto que gerava a venda de cada cativo, mas, também, pela estrutura comercial que dava suporte ao trato. Os Jagas foram essenciais nesse processo (HEINTZE, 2007, p. 80).

Produtos externos: americanos e europeus, como a mandioca, o milho, o feijão, o porco, o tabaco, passaram a responder às necessidades da população africana, já que nas rotas do tráfico de escravos não faltavam alimentos, isto é, dificilmente a população quando atrelada ao comércio passava fome¹⁵. A própria moeda *Nzimbo* se desvalorizou (VASINA, 2010, p. 666) no contexto da entrada dos produtos estrangeiros.

Entre 1617 e 1621, os portugueses em Luanda procuraram fazer acordos com os Jagas, chefiados por Kasange, com o intuito de vencer o rei do Congo. A atitude gerou uma carnificina que chegou a impulsionar uma grande fome que expulsou as pessoas e, como consequência, ocasionou a interrupção temporária do trato negreiro. Em 1630 alguns jagas criaram o “Estado de Imbangala”, cuja importância esteve atrelada ao tráfico de escravos e ao comércio ligado a ele.

O Estado de Imbangala foi, durante todo o século XVII, uma linha que limitava o avanço português para o centro do continente. Os portugueses ficaram circunscritos à região de Luanda. Quando tentaram avançar em alguma direção, o fizeram pelo norte, atacando o rei do Congo.

A União Ibérica e os *Asientos*

Com a montagem da empresa escravista no século XV, os portugueses passaram a deter a exclusividade (do ponto de vista das Coroas europeias) das rendas do comércio. Dessa forma, se decidia em Portugal quem teria direito a explorar a atividade ultramarina. A Coroa de Portugal, embora com o direito de fazer por conta própria, muito dificilmente investia seus cabedais no trato, deixava para particulares a tarefa de realizar a empreitada, não obstante, vigiando e cobrando por isso. Havia contratos nos quais ao ceder a particulares o direito e o dever de realizar o comércio, a Coroa recebia

¹⁵ Por outro lado, doenças como a varíola europeia dizimava a população. Chegando a diminuir cerca de dois terços da população, como apontou Vansina (VANSINA, 2010, b, p. 666).

uma taxa. Segundo os estudos de José Gonçalves Salvador (1981) os contratos eram, em grande parte, firmados com judeus, cuja experiência comercial implicou na exploração dos territórios. Alguns comerciantes judeus se especializaram no transporte e passaram a tomar conta do comércio. Pagavam à Coroa o direito de monopólio do trato em determinadas regiões, como Manuel Caldeira no início do século XVII (SALVADOR, 1981, p.7). Para o autor, o processo pelo qual os hebreus assumiram o comércio negreiro, arrendando os direitos de colonização, foi uma continuação da história dos contratos portugueses, na medida em que eram eles que adquiriam os direitos de comércio em Portugal há muito tempo.

O arrendamento dos bens da Coroa por meio de contratos já constituía uma praxe em fins da Idade Média e logo se aplicou à África Ocidental e ao Brasil [...] Para a exploração do tráfico de escravos negros a Coroa adotou igualmente o processo de contratos monopolistas, a encargo e supervisão do Conselho da Fazenda e da Casa da Índia, órgão a que estavam afetadas também a Mina da Guiné; todos, porém, sujeitos à expressa vontade do el-rei (SALVADOR, 1981, p.15).

Dessa forma, apesar de características próprias adquiridas conforme as necessidades dos descobrimentos, houve uma continuidade no modo como era realizada a forma de se conceber o comércio negreiro. A Coroa estendeu ao domínio ultramarino os seus tentáculos visando receber seus direitos administrativos. Para isso, a Coroa passou a deter o monopólio. Por exemplo, proibiu o comércio que existia entre os “lançados”¹⁶ de Cabo Verde com a Guiné:

O comércio com a parte que restava da Costa da Guiné superior era limitado na viagem de ida aos artigos produzidos pelos próprios cabo-verdianos, enquanto na viagem de volta o transporte de escravos foi proibido aos comerciantes de Cabo Verde para além do necessário do que precisassem no interior da ilha (RODNEY, 1965, p. 308) (tradução livre)¹⁷.

¹⁶ Para uma boa definição da função social dos intermediários do tráfico de escravos consultar, entre outros, Alberto da Costa e Silva. **A Manilha e o Libambo**. Dois termos gerais prevalecem Lançados, que em definição significa “Lançados ao litoral”, ou seja, esquecidos e assimilados à população local. Também, eram chamados de tangos-maos, o mesmo que portugueses que viviam entre os locais e assimilavam os seus costumes. Havia a variação, pombeiros ou pumbeiros, que é uma definição mais específica, que tem variação dos Pumbos: feiras sertanejas de escravos. Esta última definição não faz referência a origem do país, a cor, apenas se refere à “profissão” do ser. Ver também, principalmente em relação aos “pumbeiros” o “Parecer de Francisco Leitão sobre a missão dos Capuchinhos (04-12-1643). In: (MMA, vol. IX, p. 85).

¹⁷ Commerce with the remaining portion of the Upper Guinea Coast was limited on the outward journey to articles produced by the Cape Verdeans themselves, while on the homeward journey the Cape Verde traders were forbidden to transport slaves beyond those needed within the island (RODNEY, 1965, p. 308).

Essa atitude foi pensada com a finalidade de garantir o monopólio. A administração se encontrava em Santiago inicialmente, depois, foi feita uma divisão entre as localidades. Dessa forma, eram feitos contratos dividindo-se em distritos com os quais se pensou ser possível realizar o comércio dentro do continente. Segundo Rodney, a política se mostrou um fracasso na medida em que não assegurava o monopólio, já que franceses, ingleses e holandeses tomaram parte do comércio com o continente (RODNEY, 1965, p. 309). Dessa forma, a Coroa dividiu em três grandes “Contratos” o processo de “exploração” da região: Guiné – Cabo Verde; São Tomé e Angola. Essa foi a base do processo de atuação portuguesa na África.

O Contrato das Índias Ocidentais portuguesas passou a ser muito concorrido na época. Para Rodney, essa procura se dava, sobretudo, pelo grande mercado espanhol. A principal região fornecedora de escravos para a Espanha era a da Alta Guiné (RODNEY, 1965, p. 309). Havia, primeiramente, licenças de fornecimento adquiridas em Sevilha na qual se permitia que os comerciantes fornecessem os escravos demandados na América. Depois, a partir de 1595, essas licenças individuais passaram a ser substituídas pelo *Asiento*¹⁸, que era uma forma geral de se permitir o fornecimento de escravos para a América espanhola. Para o autor, mesmo parte da historiografia portuguesa tendo afirmado que a união com os espanhóis foi negativa no sentido que os portugueses passaram a perder influência em algumas regiões, como em Senegal e Gâmbia, não é aceitável porque ao contrário da negativa, a demanda espanhola, além de fomentar o comércio com os africanos na região de Cabo Verde-Guiné, assegurou a constância comercial, sobretudo, pelo fornecimento de produtos pelos quais os africanos estavam interessados. E, além disso, a relação entre Espanha e Portugal não foi imposta devido à União Ibérica, já que bem antes de 1580 já havia a distribuição das “licenças” em Sevilha. Para ele, os ataques que os portugueses receberam na África, os quais implicaram na perda de influência com algumas regiões, aconteceria mesmo sem a

¹⁸ Robin Blackburn afirma que o primeiro asiento de escravos foi preparado em 1518 (BLACKBURN, 2003.p. 170). Para Luis Felipe de Alencastro, a máquina estrutural do comércio negreiro foi estruturada para fornecer escravos à América espanhola, o Asiento foi o meio principal para tal, aglutinando camadas riquíssimas da população, como, banqueiros ibéricos. Depois, com o fim da União Ibérica, a máquina já montada continuou como base para as negociações portuguesas. Contudo, ilegalmente, continuou havendo o comércio com a Região do Prata depois de 1640. Os portugueses se interessavam pela prata e os espanhóis pelos negros. (ALENCASTRO, 2006. p. 110).

União Ibérica, a qual apenas desvelou os interesses dos países europeus frente às lucrativas regiões comerciais portuguesas (RODNEY, 1965, p. 315 - 318).

No *asiento*, uma quantia em dinheiro e uma taxa em escravos eram pagas à Coroa quando arrematado o direito de comercializar. Como ilustração tem-se o caso do contrato de 1607, no qual foram 27,000 cruzados e mais 12 escravos por ano. Além de socorrer hospitais e a igreja quando necessário (RODNEY, 1965, p. 309).

Considerações finais

O processo inicial de “exploração” das riquezas africanas não foi feito de forma projetada. Primeiramente, porque o ouro era o principal motivo das inúmeras viagens realizadas pelos europeus. A realização dessas viagens era de cunho privado, com aval e incentivo da Coroa. A Igreja Católica, com grande poder, autorizou e deu justificativa para as viagens porque além de lhe ser vantajoso economicamente o era, acima de tudo, hegemonicamente; pois, tendo como aríete os portugueses, tiveram a possibilidade de, no contexto da Contra-Reforma, captar almas para o Catolicismo. Até a segunda metade do século XVII, quando os Governadores de Angola passam a entrar em choque com os religiosos por interesses econômicos, no contexto de crise, eles auxiliaram os portugueses no processo de formulação da empresa escravista, legitimando espiritualmente o contato. Pois, havia o discurso de que era a Deus que os reis se submetiam, não ao rei português.

A escravidão era praticada na África há muito tempo, mas, em cada sociedade ocorria de uma forma, com características próprias. O comércio de longa distância era igualmente, praticado. Os muçulmanos traficavam escravos por todo mediterrâneo, Índico e pelo Saara (LOVEJOY, 2002, p. 91). Assim, em algum ponto, os portugueses assumiram o lugar econômico dos muçulmanos, abrangendo os horizontes, dando uma maior dimensão para o comércio. Desse ponto de vista, podemos falar em uma continuidade histórica? De um prisma prático, de um homem transportar outro com a finalidade de retirá-lo de sua terra e vendê-lo como escravo em outra região longínqua, evidente que sim. Mas, há descontinuidades também: como os meios de compra e venda, os padrões de mortalidade e, principalmente, a finalidade do comércio; da mesma forma, percebemos uma sofisticação comercial que impulsionou, conforme os séculos, a criação de empresas responsáveis pelo trato, sendo que o principal fator da mudança foi o surgimento do Brasil.

Com o desenvolvimento do açúcar na América e a aliança com a Espanha advinda da União Ibérica em 1580 o mercado negreiro teve um incremento. Luanda estava, no final do século XVI, pronta para atender essa demanda; o rei do Congo que depois de 1526 tinha organizado e monopolizado o comércio, perdeu espaço com o surgimento dos “Jagas”, que incitaram o processo de escravização por guerra e, acima de tudo, com a criação de um “Estado” passaram a ser fornecedores de Luanda. Se, por um lado, faltava ouro para os portugueses, os escravos se mostravam bastante lucrativos. Dessa forma, se implantou o sistema português de contratação comercial no comércio africano de escravos, comércio que já existia e que, todavia, pela entrada dos portugueses mudou significativamente; de modo progressivo, com a colonização do Novo Mundo, e com a sua forma de trabalho, aumentou a demanda de uma forma jamais observada pelos africanos que, na sede de lucros, fornecia o “gado humano”.

Como podemos perceber nos gráficos abaixo, o surgimento e desenvolvimento do comércio negreiro organizado pelos portugueses, desestruturou e reestruturou uma sociedade voltada para o comércio de escravos. E esse crescimento ocorreu pela demanda advinda da produção de açúcar na América. As causas, portanto, do aumento no tráfico negreiro ocorreu pela demanda americana.

Vejamos que no início, quando não haviam as plantações de cana de açúcar (até o final do século XVI) os números do tráfico eram muito inferiores. Conforme se desenvolvem as plantações, o número aumenta significativamente. A principal região é a de Angola, na África Centro-Occidental. Ao longo do século XVII a região terá um surto vertiginoso de cativos transportados. Mesmo em momentos de dificuldades, o Brasil importa, arruma meios para suprir suas demandas, como quando em 1641 os holandeses dominaram Angola e o comércio diminuiu significativamente, outras regiões ascenderam momentaneamente, como a Costa do Benim e Golfo do Biafra. Conforme a indústria do açúcar aumenta, os números de escravos transportados também aumentam. Portanto, a demanda faz com que o tráfico se direcione no sentido de crescer e não o oposto.

Referências

- ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico sul. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo**. Do Barroco ao Moderno 1492 – 1800. Trad. Beatriz de Medina. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2003.
- DELGADO, Ralph. **História de Angola**. Vol 1. Angola: Edição do Banco de Angola, 1971.
- FINLEY, M. I. Between Slavery and Freedom. In: **Comparative Studies in Society and History**. 1964. p. 233- 249.
- HEINTZE, Beatrix; RIECK, Katja. The Extraordinary Journey of the Jaga Through the Centuries: Critical Approaches to Precolonial Angolan Historical. In: **History in Africa**. Vol. 34. 2007, p. 67-101.
- KIPRE, Pierre. Das lagunas da Costa do Marfim até o Volta. In: NIANE, D. T. **História Geral da África**. África do século XII ao XVI. Vol. IV. 2ª edição revisada. Brasília: UNESCO, 2010.
- LOVEJOY, Paul. **A escravidão da África**. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MASSING, Andreas. Mapping the malagueta coast: a history of the lower guinea coast, 1460-1510 through portuguese maps and accounts. In: **History in Africa**. Vol. 36 (2009), p. 331-365.
- NIANE, Djibril Tamsir. Relações e intercâmbios entre as várias regiões. In: NIANE, D. T. **História Geral da África**. África do século XII ao XVI. Vol. IV. 2ª edição revisada. Brasília: UNESCO, 2010.
- PERSON, Yves. Os povos da costa – primeiros contatos com os portugueses – de Casamance as lagunas da costa do Marfim. In: NIANE, D. T. **História Geral da África**. África do século XII ao XVI. Vol. IV. 2ª edição revisada. Brasília: UNESCO, 2010.
- RAVENSTEIN, E. G. The Voyages of Diogo Cão and Bartholomeu Dias, 1482-88. **The Geographical Journal**. Vol. 16, No. 6 (Dec., 1900), p. 625-655.
- RODNEY, Walter. Portuguese Attempts at Monopoly on the Upper Guinea Coast, 1580-1650. In: **The Journal of African History**. Vol. 6, No. 3. 1965, p. 307-322.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Portugal e o mar**. Um mundo entrelaçado. Tradução Isabel Rolo. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997.
- RYDER, Allan Frederick Charles. Do rio Volta ao Camarões. In: NIANE, D. T. **História Geral da África**. África do século XII ao XVI. Vol. IV. 2ª edição revisada. Brasília: UNESCO, 2010.
- SALVADOR, José G. **Os magnatas do tráfico negro**. São Paulo: Editora USP, 1981.
- SILVA, Alberto da Costa. **A manilha e o libambo**. A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

THORNTON, J. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**. Tradução Marisa Rocha Morta; Coordenação editorial Mary del Priore; Revisão técnica, Márcio Scalercio. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2004.

VANSINA, J. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros estados. In: NIANE, D. T. **História Geral da África**. África do século XII ao XVI. Vol. IV. 2ª edição revisada. Brasília: UNESCO, 2010.

VANSINA, J. O Reino do Congo e seus vizinhos. In: (ed.) OGOT, B. A. **História Geral da África**. África do século XVI ao XVIII. Vol V. Brasília: UNESCO, 2010.

Recebido em: 22 de março de 2016.

Aprovado em: 15 de junho de 2016.

ANEXOS

Todos os gráficos e tabelas a baixo foram elaborados a partir da Tans-Atlantic Slavery

Data Base: <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>

GRÁFICO 1. Para todas as regiões



GRÁFICO 2. Para todas as regiões

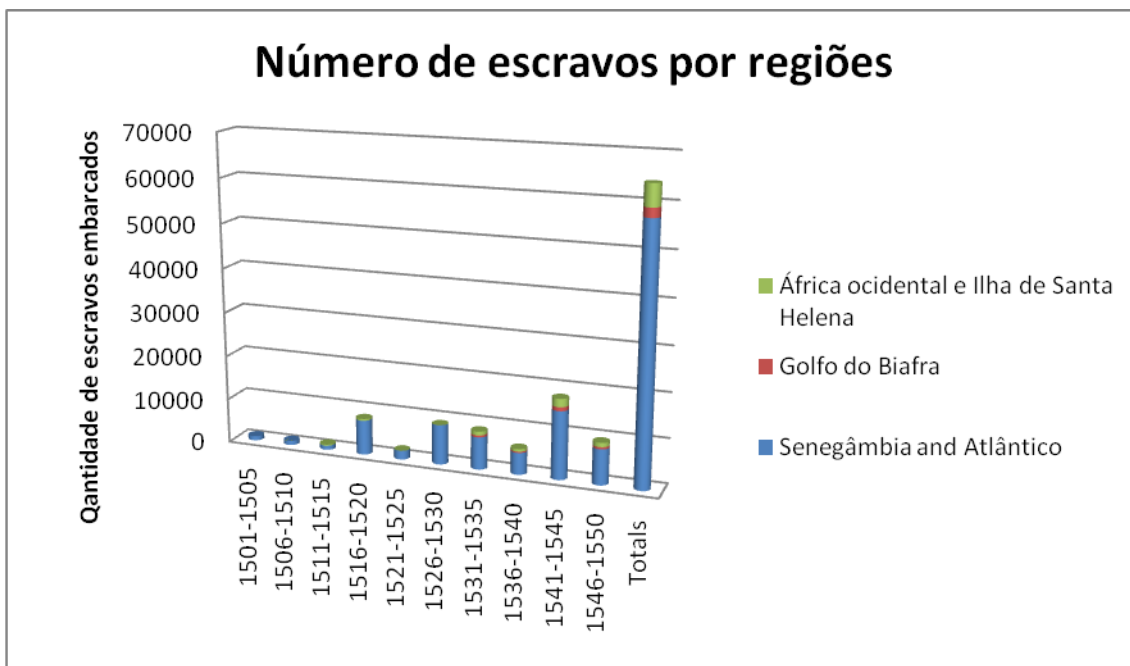


GRÁFICO 3 Para todas as regiões

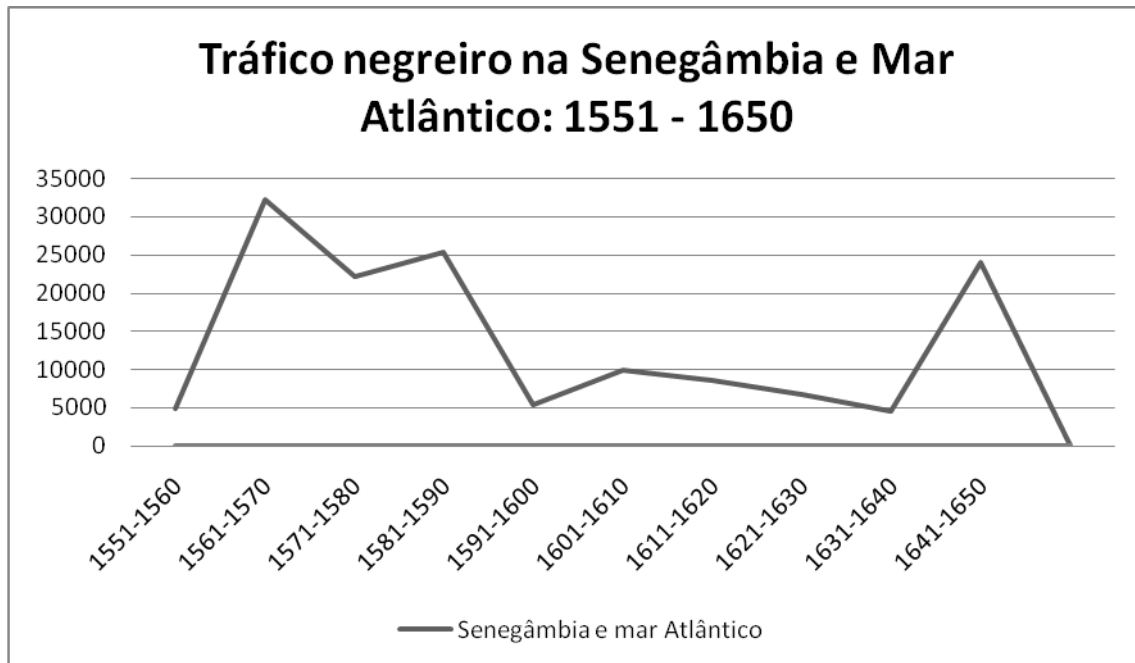


GRÁFICO 4. Para todas as regiões

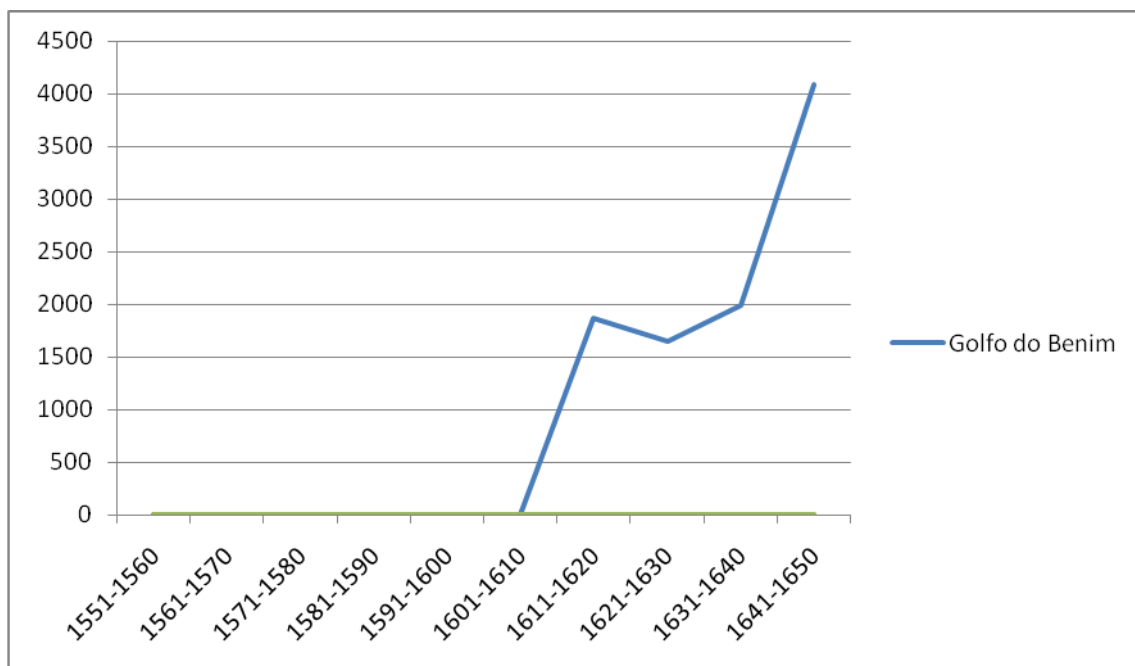


GRÁFICO 5. Para todas as regiões

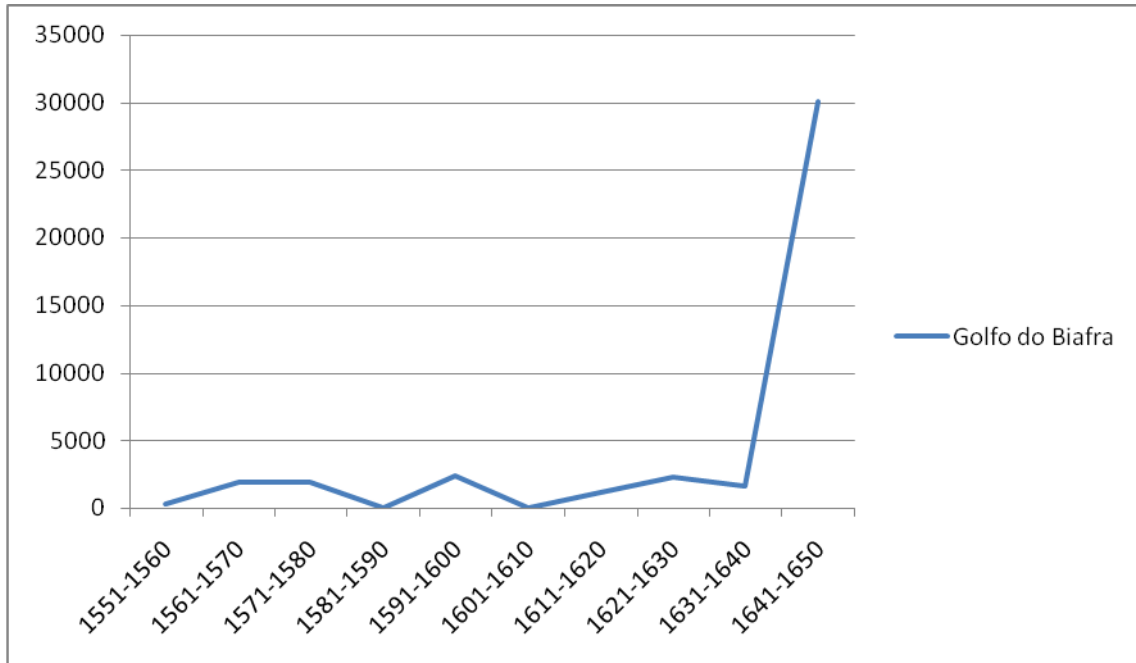


GRÁFICO 6. Para todas as regiões

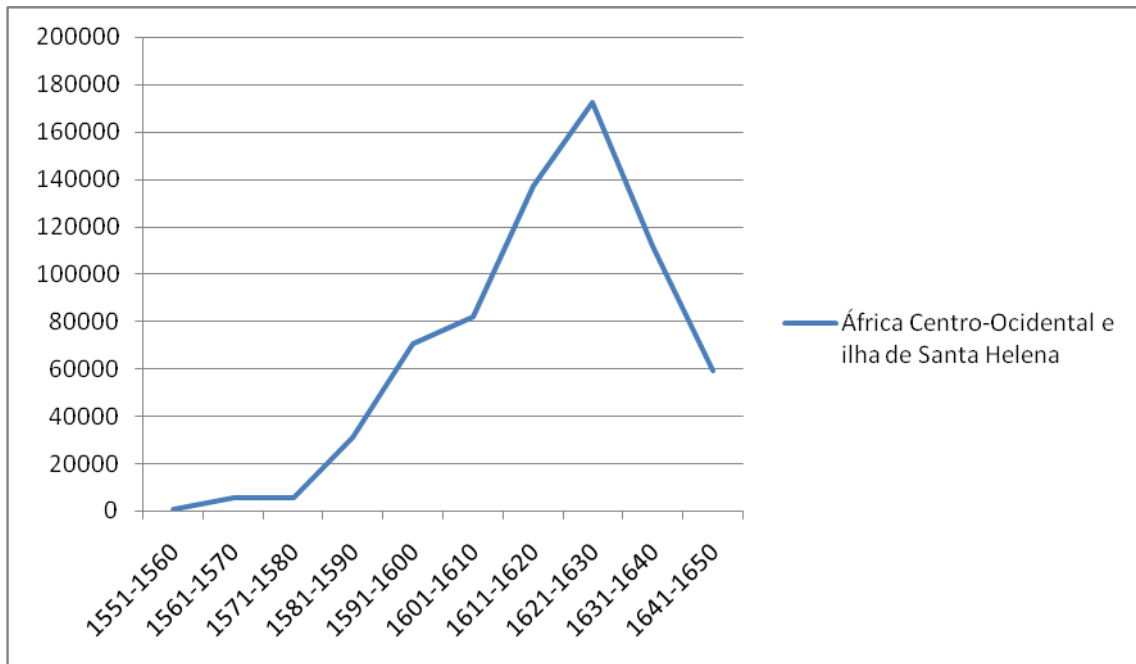


GRÁFICO 7. Todas as regiões do mundo

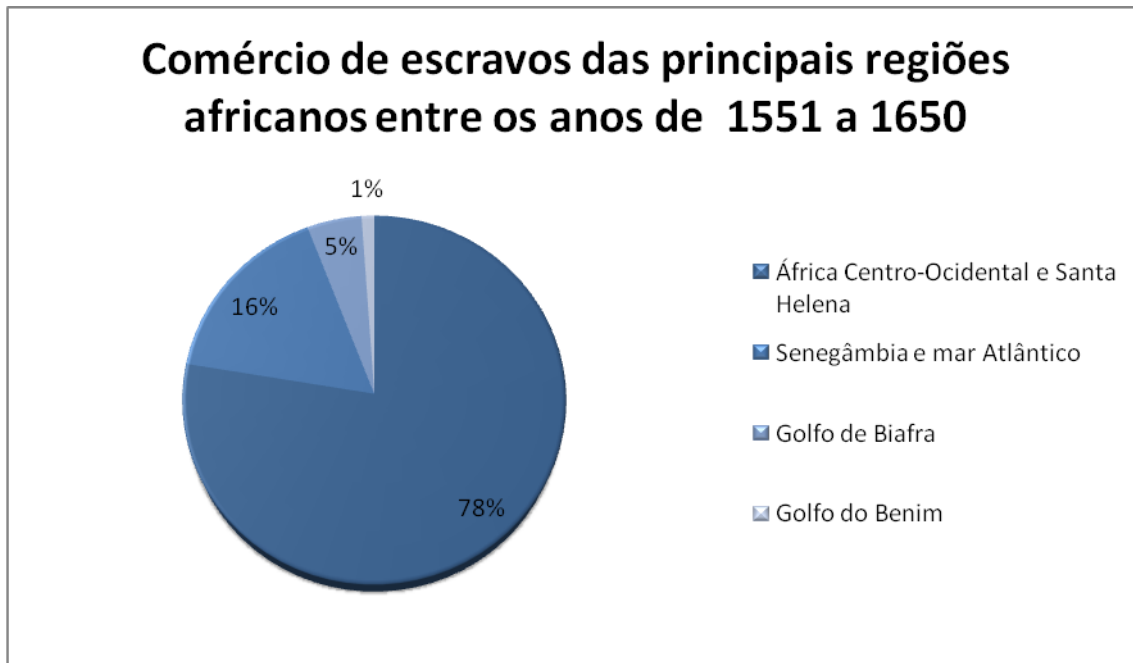


GRÁFICO 8. Tráfego para todas as regiões do mundo.

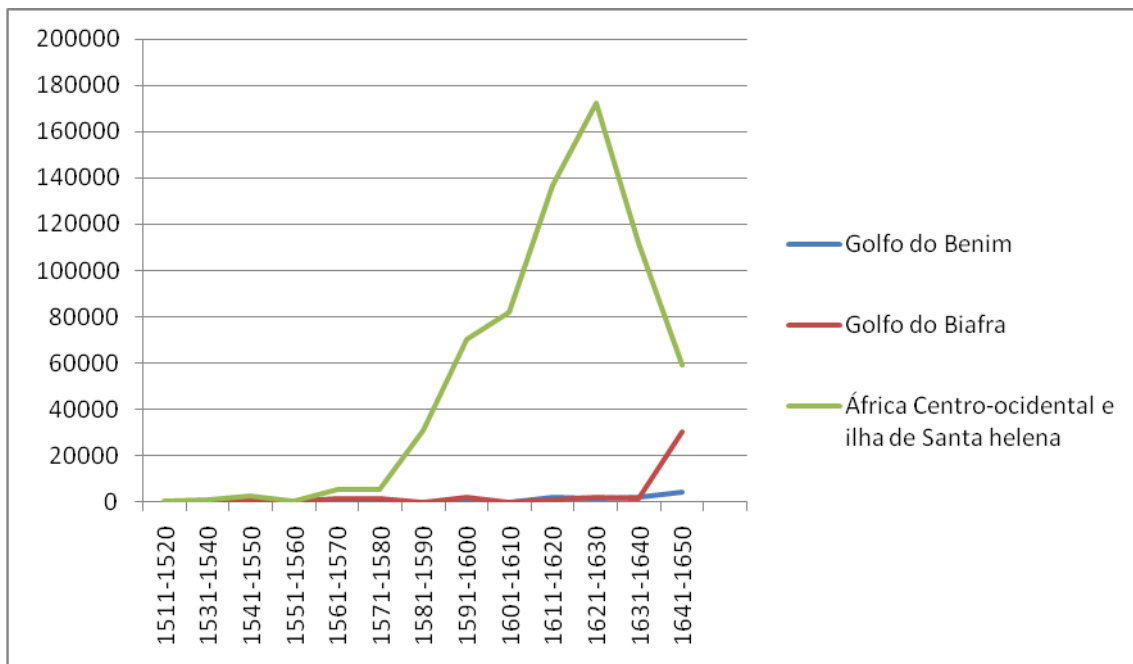


GRÁFICO 9. Escravos vindos somente para o Brasil entre 1501 e 1650

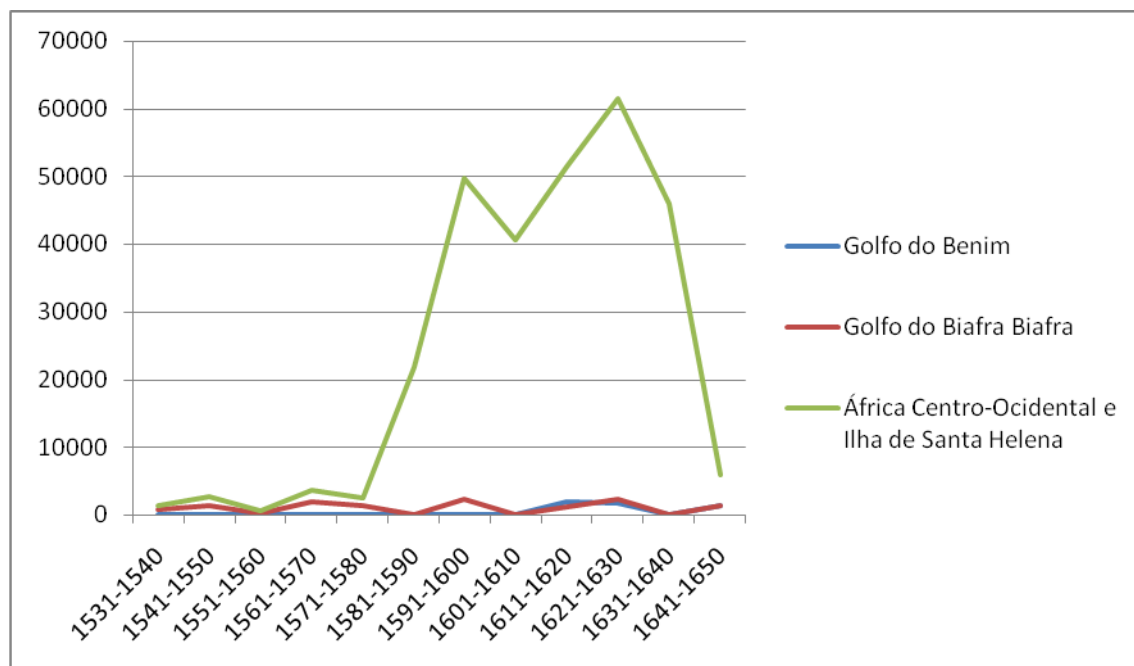
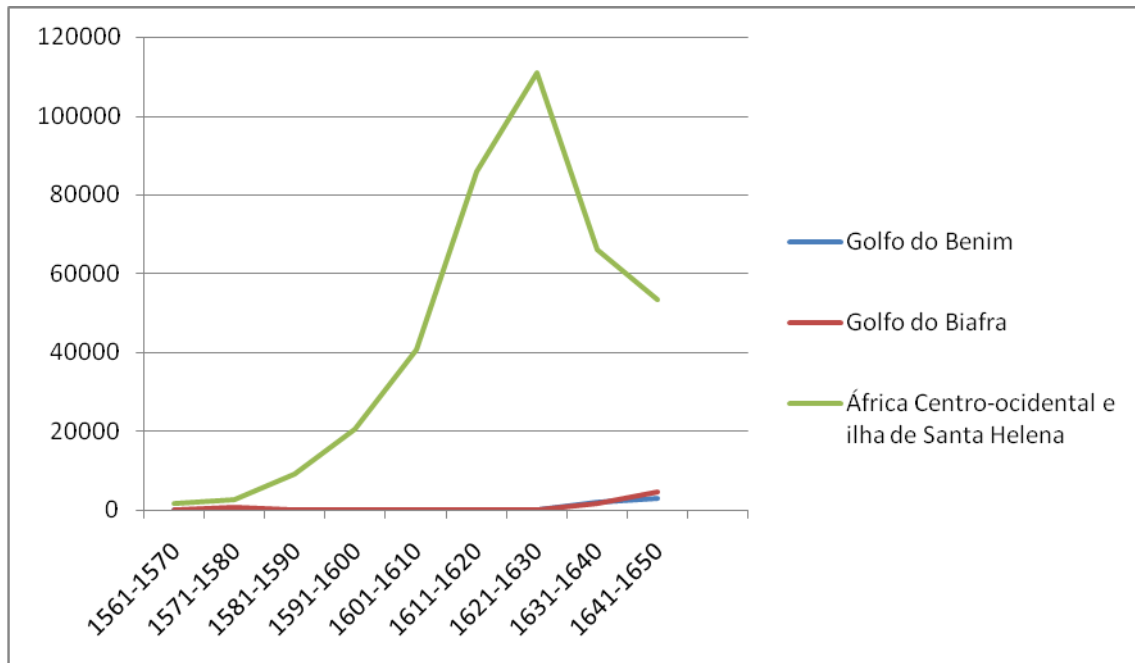


Tabela 1 Tráfego para todas as regiões do mundo

	Costa do Ouro	Golfo do Benim	Golfo do Biafra	África Central	Total
1511-1520	0	0	0	637	637
1531-1540	0	0	719	1453	2172
1541-1550	0	0	1361	2771	4132
1551-1560	0	0	282	664	946
1561-1570	0	0	1867	5412	7279
1571-1580	0	0	1.883	5367	7250
1581-1590	0	0	0	31206	31206
1591-1600	0	0	2346	70368	72714
1601-1610	0	0	0	81936	81936
1611-1620	68	1873	1142	137308	140391
1621-1630	0	1655	2247	172595	176497
1631-1640	0	1988	1630	112020	115638
1641-1650	2429	4092	30086	59380	95987
Totais	2497	9608	43563	681117	736785

Tabela 2. Estimativas de escravos embarcados na África (1501 – 1600).

	Espanha/Américas	Portugal/Brasil	Total
1501/1525	6.363	7.000	13.363
1526/1550	25.375	25.387	50.763
1551/1575	28.167	31.089	61.007
1576/1600	60.056	90.715	152.373